



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

217

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0046503-53.2008.8.17.0001(0258935-9)**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**COMARCA: RECIFE (10ª VARA CRIMINAL)**

**APELANTE: DOUGLAS ROMÃO DE MELO**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARILEIA DE SOUZA CORREIA ANDRADE**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO. 1. Pedido de absolvição, sob alegação que os depoimentos dos autos são contraditórios e não há provas que demonstrem ter o Apelante participado do delito a ele imputado. Impossibilidade. Conjunto probatório farto que comprovam a participação do réu. 2. Reforma da decisão para aplicação da pena mínima. Pena fixada de maneira correta e coerente com o delito praticado e que não merece reparo desta Corte. Apelação a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal nº 0046503-53.2008.8.17.0001(0258935-9) em que figura como apelante DOUGLAS ROMÃO DE MELO, e como apelado Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, tudo consoante relatório e voto anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 22 de 03 de 2013

  
Des. Gustavo Augusto Lima

**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0046503-53.2008.8.17.0001(0258935-9)**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**COMARCA: RECIFE (10ª VARA CRIMINAL)**

**APELANTE: DOUGLAS ROMÃO DE MELO**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARILEIA DE SOUZA CORREIA ANDRADE**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Criminal interposta em face da sentença pela Exma. Sra. Juíza de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital, nos autos do processo-crime nº 0046503-53.2008.8.17.0001(0258935-9), a qual julgou parcialmente procedente a denúncia e condenou DOUGLAS ROMÃO DE MELO à pena de 10 (dez) anos e 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão e 80(oitentas) dias-multa, por infração ao art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (fls. 164/171).

Segundo a inicial, no dia 24 de setembro de 2008, por volta das 10:15, na Av. Hildebrando de Vasconcelos, em via pública, bairro de Dois Unidos, nesta cidade, os denunciados, juntamente com Lucio da Silva Romão e outro agente não identificado, em comum acordo e união de desígnios, utilizando-se de arma de fogo, abordaram Flávio Henrique Lourenço e Alberes Ferreira Rego, no momento em que os mesmos estavam em um caminhão vendendo botijões de gás, anunciaram o assalto e sob ameaça de morte das vítimas, roubaram a importância de R\$80,00 em espécie e um botijão de gás(fl. 02/04).

Consta ainda da peça acusatória, que na abordagem das vítimas, os denunciados utilizaram um veículo Gol, de cor preta, pararam na frente do caminhão e dizendo-se policiais, desceram do veículo e passaram a anunciar o assalto. Durante

✓

o crime, chegaram a exigir que um cofre existente no interior do caminhão fosse arrancado. Porém, não obtiveram êxito.

Em seguida, as vítimas registraram a ocorrência na Delegacia do Alto do Pascal, onde os denunciados reconheceram os denunciados por fotografias, sendo autores do roubo.

Ouvida da vítima Alberes Ferreira Rego (fls.100/101).

Audiência para a ouvida da testemunha Wagner José Marques de Araújo (fls.116/117).

Audiência para a ouvida da testemunha Marlene Araújo da Silva (fls.124/125).

Interrogatório de Douglas Romão de Melo (fls. 131/132).

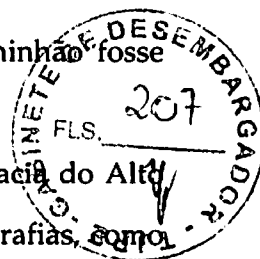
Decisão suspendendo o processo e o prazo prescricional, quanto ao acusado Lúcio da Silva Romão, nos termos do art. 366, CPP; e determinando a intimação do MP e da defesa para apresentação das alegações finais quanto a Douglas Romão de Melo (fls.132-v).

Posteriormente, em 22 de junho de 2011, foi exarada a sentença pela Exma. Sra. Juíza de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital, julgando parcialmente procedente a denúncia e condenando o Apelante à pena de **10 (dez) anos e 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão e 80(oitentas) dias-multa**, por infração ao art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (fls. 164/171).

Inconformada com decisão condenatória proferida, a defesa interpôs o presente Apelação requerendo a reforma da decisão, a fim de absolver o réu; e caso não seja possível, a redução da pena para o mínimo legal (fls.179/183).

Contra-razões apresentadas pelo Órgão Ministerial de 1º grau requerendo que seja negado provimento ao presente recurso, mantendo a decisão atacada na integralidade (fls. 191/192).

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa da Procuradora de Justiça Mariléia de Souza Correia Andrade, ofereceu



*[Handwritten mark]*

parecer opinando pelo improvimento do presente apelo, com a manutenção da sentença hostilizada em todos os seus termos (fls.203/204).



É O RELATÓRIO.

À DOUTA REVISÃO.

Recife, 27 de ~~Setembro~~ de 2012.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

218

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0046503-53.2008.8.17.0001(0258935-9)**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**COMARCA: RECIFE (10ª VARA CRIMINAL)**

**APELANTE: DOUGLAS ROMÃO DE MELO**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARILEIA DE SOUZA CORREIA ANDRADE**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA**

**VOTO**

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sra. Procuradora de Justiça

A defesa insurge-se contra a sentença proferida Exma. Sra. Juíza de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital, nos autos do processo-crime nº 0046503-53.2008.8.17.0001(0258935-9), a qual julgou parcialmente procedente a denúncia e condenou DOUGLAS ROMÃO DE MELO à pena de 10 (dez) anos e 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão e 80(oitentas) dias-multa, por infração ao art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (fls. 164/171).

Na inicial recursal, o Recorrente requer a reforma da decisão, a fim de absolver o réu; e caso não seja possível, a redução da pena para o mínimo legal (fls.179/183).

Contra-razões apresentadas pelo Órgão Ministerial de 1º grau requerendo que seja negado provimento ao presente recurso, mantendo a decisão atacada na integralidade (fls. 191/192).

Todavia, analisado os autos verifico que o inconformismo da defesa não merece acolhimento. 219

Inicialmente, a defesa requer a absolvição do réu, sob alegação de que os depoimentos apresentados são contraditórios e não há prova nos autos de que o Apelante tenha participado do delito a ele imputado.

Contudo, ao contrário do alegado não há dúvidas de que o réu participou do crime imputado na denúncia, como pode ser observado nos depoimentos abaixo:

*" Os acusados jogam um veículo na gente do caminho, mandando eles pararem, dizendo ser da polícia, que ele declarante parou o caminhão, quando três elementos desceram do interior do carro, todos armados, e ao se aproximarem dele anunciaram se um assalto tomando o dinheiro que estava em seu bolso, que de Flávio levaram o celular, que aqueles elementos também queriam que fosse retirado do caminhão o cofre, no entanto, era impossível retirar o cofre ... que o veículo que os elementos se encontravam era um gol preto, não sabendo dizer a placa, que no momento do assalto, obrigaram o ajudante do caminhão a tentar retirar o cofre do veículo, enquanto o ajudante tentava, um outro elemento obrigou ele declarante a levar um botijão de gás e colocar no interior do veículo (...)" ( Vítima: Alberes Ferreira Rego – Fls 100/101).*

*" ... que repentinamente, aproxima-se um veículo preto, cuja marca ela não sabe dizer e vai em direção a eles, que do veículo descem quatro elementos; que ela tem certeza que um deles estava armado com arma de fogo, que de início disseram ser da polícia, mas logo em seguida, recolher pertences enquanto os outros três ficaram onde os passageiros estavam, e começaram a recolher os pertences de todos; que delas tomaram apenas o dinheiro, em torno de 50,00; que ela era cobradora do ônibus; que somente nesta vara é que veio tomar conhecimento que um dos elementos havia sido preso; que depois do assalto não voltou a ver nenhum dos elementos, nem mesmo aquele que se encontra preso; que no coletivo tinham de cinco a seis passageiros, no entanto, estes foram embora; que só ela, o fiscal e o motorista que estavam lanchando no local*

é que foram abordados quando do assalto, que na verdade o dinheiro da empresa não estava com ela, mas sim na gaveta dentro do ônibus, que aquele elemento que entrou no ônibus foi até a gaveta e tirou o dinheiro (...) (Testemunha: Marlene Araújo da Silva – pag. 124/125).

920

Destaque-se ainda que quando compareceu a Delegacia, MARLENE Araújo da Silva reconheceu os dois assaltantes por meio de foto:

... Que ao ser mostrada as fotos dos indivíduos Lucio da Silva Romar e Douglas Romão de Melo nesta delegacia, reconheceu os mesmos, sem nenhuma dúvida, como sendo os dois elementos que estavam no gol preto e assaltaram a declarante no dia 24/09/08; Que lembra que a pessoa que mandou entrar no ônibus foi o Douglas Romão de Melo e o que ficou do lado de fora do ônibus foi Lucio da Silva Romão (...) ( fls. 24/25).

Portanto, não há como acolher a súplica de absolvição formulada pela defesa.

Quanto ao pedido de reforma da decisão para o mínimo legal, melhor sorte não teve a defesa.

Analisando-se a sentença proferida, observa-se que o sistema trifásico previsto no art. 59 do Código Penal foi corretamente aplicado, e a pena fixada demonstra-se justa e coerente com o delito praticado, como pode ser abaixo observado:

*" Analisando as circunstancias judiciais do crime, a luz do art. 59, se tem que o réu, em verdade, possui péssimos antecedentes, culpabilidade acentuada e personalidade voltada para o crime, uma vez que, como já aludido, responde a 11 processos-crime, sendo dois deles com condenação, já tendo estado preso por várias vezes, registrando, inclusive, fugas e punições disciplinares em seu histórico carcerário. Ainda jovem resolveu fazer do crime sua profissão. Quanto à segunda fase dosimetria, faz-se presente apenas a referida agravante da reincidência, quanto aos dois processos-crime com transito em julgado a que o acusado responde, não havendo outras*

*agravantes ou atenuantes a considerar. Por fim, no que tange as causas de aumento e diminuição, as mesmas já restaram analisadas ao longo da fundamentação, razão porque há que se valorar positivamente as duas causas de aumento imputadas e a continuidade delitiva(...)" (fls.169).*

Quanto ao pedido de fixação da pena, no mínimo legal, o inconformismo do recorrente não merece acolhimento.

De acordo com a transcrição de parte da sentença condenatória, quanto a dosimetria da pena, verificamos que as circunstâncias judiciais desfavoráveis ao Apelante – péssimos antecedentes, culpabilidade acentuada e personalidade voltada para o crime – autorizam a fixação da pena-base a cima do mínimo legal.

Sendo assim, a pena-base encontra-se devidamente fundamentada e com a pena acima do mínimo legal, devidamente, justificada.

ISTO POSTO, voto pelo IMPROVIMENTO do presente recurso, com a manutenção da sentença hostilizada em todos os seus termos.

**É COMO VOTO.**

Recife, 22 de maio de 2017.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

---

APELAÇÃO Nº 0046503-53.2008.8.17.0001 (258935-9)  
APELANTE : DOUGLAS ROMÃO DE MELO  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
RELATOR : GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA  
REVISOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO  
COMARCA : CAPITAL – 10ª VARA CRIMINAL  
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

---

**VOTO DE REVISÃO**

Insurge-se o apelante **DOUGLAS ROMÃO DE MELO** contra a sentença de fls. 164/171, que o condenou a pena definitiva de 10 anos, 09 meses e 18 dias de reclusão e 80 dias multa, a ser cumprida no regime inicialmente fechado, por infração ao art. 157, §2º, I e II (duas vezes) c/c art. 71 e 61, I, todos do Código Penal.

A defesa apresentou razões recursais às fls. 180/183, sustentando a tese de negativa de autoria, sob os seguintes fundamentos: os depoimentos das vítimas são contraditórios; e, a prova testemunhal é insubsistente.

Pugna, ao final, pela absolvição do apelante e, alternativamente, pela redução da reprimenda para o mínimo legal.

O representante ministerial ofertou contrarrazões às fls. 191/192, pugnando pelo improvimento do apelo.

A Procuradoria de Justiça, pela Procuradora Marilea de Souza Correia Andrade, pronunciou-se às fls. 203/204, opinando pelo improvimento do recurso.

Pois bem.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

---

Narra a denúncia que no dia 24 de setembro de 2008, por volta das 10h15min, em Dois Unidos, o apelante, juntamente com o codenunciado LÚCIO ROMÃO e com outra pessoa não identificada, fazendo uso de arma de fogo e utilizando-se de um veículo gol de cor preta, simularam ser policiais para parar o caminhão de gás onde estavam as vítimas FLÁVIO HENRIQUE LOURENÇO SALES E ALBERES FERREIRA REGO, que, após anunciado o assalto, desceram do veículo e conseguiram de evadir do local. Foram subtraídos R\$ 80,00 em dinheiro e um botijão de gás.

Minutos depois, no mesmo bairro, os denunciados, usando do mesmo *modus operandi*, "assaltaram um ônibus da empresa São Paulo de nº 6443, que conduzia passageiros, tendo roubado da cobradora Marlene Araújo da Silva a importância de R\$ 52,00 e do motorista José Ronaldo, a importância de R\$ 30,00, fugindo em seguida com o produto do crime".

Ainda segundo a peça acusatória, as vítimas procederam com o reconhecimento fotográfico das denunciados na delegacia.

Examino:

A materialidade é incontroversa.

A tese defensiva consiste na negativa de autoria.

Segundo a defesa, os depoimentos das vítimas são contraditórios e a prova testemunhal é insubsistente.

A contradição apontada pela defesa diz respeito a seguinte declaração prestada em juízo pela cobradora do ônibus Marlene Araújo da Silva: "(...) que ela era a cobradora do ônibus; que o dinheiro que levaram dela era da empresa; (...) que na verdade o dinheiro da empresa não estava com ela, mas sim na gaveta dentro do ônibus, que aquele elemento que entrou no ônibus foi até a gaveta e tirou o dinheiro; (...)".



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

---

Como se vê, inexistente contradição nas declarações feitas por Marlene Araújo da Silva. Ela apenas esclareceu que o dinheiro roubado do local de cobrança não estava, de fato, nas mãos dela (cobradora), mas na gaveta de cobrança.

Tal circunstância, portanto, não retira a credibilidade de suas declarações, como pretende a defesa e, além disso, nenhuma relação tem com a autoria do delito.

A propósito, ao contrário do que afirma a defesa, a autoria do apelante ficou suficiente comprovada.

A cobradora do ônibus Marlene Araújo da Silva, na delegacia, ao ver a fotografia do apelante, apontou-o como sendo um dos elementos que estavam no gol preto e participou do assalto ao coletivo. Esclareceu que o apelante entrou no ônibus, enquanto o corréu Lúcio ficou do lado de fora. A declarante asseverou, ainda, que na ocasião o apelante declarou "*que fazia as paradas de cara limpa*".

Embora as vítimas do primeiro roubo FLÁVIO HENRIQUE LOURENÇO SALES E ALBERES FERREIRA REGO não tenham sido chamados para proceder com o reconhecimento dos acusados na delegacia, o reconhecimento fotográfico feito por Marlene Araújo da Silva associado às condições de tempo e local, bem como a identidade do número de meliantes, das características do veículo utilizado e do *modus operandi* empregado não deixam dúvidas de que os dois roubos foram praticados pelos mesmos agentes, **DOUGLAS ROMÃO DE MELO E LÚCIO DA SILVA ROMÃO.**

Em sendo assim, não há como acolher o pleito absolutório.

Passo, então, a examinar a dosimetria da pena.

A pena base foi fixada acima do mínimo legal, isto é, em 06 anos de reclusão, por ter entendido o julgador serem desfavoráveis ao apelante as seguintes circunstâncias do art. 59



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

---

do CP: culpabilidade, antecedentes e personalidade do agente.

Ponderou o magistrado singular que "o réu, em verdade, possui péssimos antecedentes, culpabilidade acentuada e personalidade voltada para o crime, uma vez que, como já aludido, responde a 11 processos crimes, sendo dois deles com condenação, já tendo estado preso por várias vezes, registrando, inclusive, fugas e punições disciplinares em seu histórico carcerário. Ainda muito jovem resolveu fazer do crime sua profissão".

De fato, tais circunstâncias não só justificam como recomendam a fixação da pena base em patamar acima do mínimo legal.

Na sequência, a reprimenda foi majorada na fração intermediária de 2/5, ante a presença de duas qualificadoras (emprego de arma e concurso de agentes), alcançando-se 08 anos, 04 meses e 24 dias.

Em continuidade, procedeu-se com o aumento mínimo de 1/6 da pena em face da continuidade delitiva, encontrando-se 09 anos, 09 meses e 18 dias de reclusão.

Por último, aplicou o julgador a agravante da reincidência, em razão do apelante possuir mais de um registro criminal, aumentando a pena em um ano de reclusão, tornando a pena privativa de liberdade concreta e definitiva em 10 anos, 09 meses e 18 dias de reclusão.

Nesse ponto, incorreu em erro o magistrado singular.

A incidência de agravantes deve incidir na segunda fase da dosimetria da pena. Logo, ao aplicar a reincidência no fim da dosimetria, o julgador inobservou a ordem prevista no art. 68 do CP e acabou por beneficiar o réu, pois se tivesse aplicado a reincidência na segunda fase da dosimetria, como determina o CP, a pena privativa de liberdade definitiva do



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

apelante teria sido mais elevada, qual seja, 11 anos, 05 meses e 06 dias de reclusão.

Entretanto, diante da ausência de recurso ministerial, não há como agravar a situação do apelante, razão pelo qual mantenho a reprimenda privativa de liberdade definitiva fixada na sentença, isto é, **10 anos, 09 meses e 18 dias de reclusão**.

Mantenho, ainda, a pena de multa aplicada, que foi de 80 dias multa, assim como o regime fixado para o cumprimento da pena, que foi o inicialmente fechado.

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao apelo**, mantendo integralmente a sentença condenatória atacada.

É como voto.

Recife, 22 de março de 2013.

  
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Revisor